XI SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA E
XXIX Semana de Iniciação Científica
Ciência, Inovação e Transformação Social no Semiárido
16 a 19 de Novembro de 2026
ISSN 1983-8174
URCA-Universidade Regional do Cariri - Campus Iguatu
PRPGP- Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM IGUATU-CE: UMA CARACTERIZAÇÃO A PARTIR DE DADOS DO OBSERVATÓRIO EM 2026

Joyce Ferreira de Sousa[1], Beatriz de Castro Magalhães [2], Roana Bárbara de Almeida Gouveia [3], Grayce Alencar Albuquerque [4], Lílian de Carvalho Araújo [5], Ana Paula Bezerra Gonçalves [6]

Introdução: A violência contra a mulher configura-se, contemporaneamente, como um problema de saúde pública e uma violação dos direitos humanos. Trata-se de um fenômeno multifacetado, histórico e cultural pautado na desigualdade de gênero, o qual se manifesta por meio de múltiplas formas de violências, cujas consequências ultrapassam dimensões individuais. **Objetivo:** Caracterizar a violência contra a mulher no município de Iguatu, no estado do Ceará, a partir de dados quantitativos. **Método:** Trata-se de um estudo descritivo, de caráter quantitativo referente às coletas de janeiro a setembro de 2026, realizadas no Centro de Referência da Mulher de Iguatu e Secretaria Municipal de Saúde, com base nas informações coletadas pelo Observatório da Violência da Universidade Regional do Cariri, por meio de um *checklist* a partir de fichas existentes. As informações foram inseridas em planilha eletrônica padronizada contendo variáveis como: gênero, idade, escolaridade, etnia, vínculo com o agressor, tipos de violência, local de ocorrência, flagrante, existência de medida protetiva, óbito, entre outras. Destaca-se que as informações referentes aos casos notificados foram tratadas, respeitando-se os princípios éticos. O projeto possui aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa sob numeração 2.038.188. A análise foi conduzida de forma descritiva simples. **Resultados:** No referido período foram registradas 96 notificações de violência contra a mulher, sendo (n=30) provenientes do Centro de Referência e (n=66) da Secretaria de Saúde, com destaque para as formas de violência física (n=48), psicológica (n=30), moral (n=18), patrimonial (n= 11) e sexual (n=05). A maioria das mulheres são adultas na faixa etária de 30 a 59 anos e pardas. Os registros evidenciam que as agressões ocorrem predominantemente no ambiente doméstico (n=76), com maior concentração aos sábados (n=12), domingos (n=15) e segundas-feiras (n=15), tendo o cônjuge e o ex-cônjuge como principais agressores (n=32). Verificou-se que grande parcela das mulheres em situação de violência relatou que a agressão já havia ocorrido outras vezes (n=61), configurando-se um padrão de violência recorrente. Em 92 dos 96 registros, a motivação da agressão foi ignorada e esse alto índice de registros sem motivação não

[1] Universidade Regional do Cariri, email: joyce.fsousa@urca.br
[2] Universidade Regional do Cariri, email: beatriz.castromagalhaes@urca.br
[3] Universidade Regional do Cariri, email: roana.gouveia@urca.br
[4] Universidade Regional do Cariri, email: grayce.alencar@urca.br
[5] Universidade Estadual do Ceará,email: lily.araujo@aluno.uece.br
[6] Instituto Federal do Ceará, email: anapaula1718bezerragoncalves@gmail.com

decorre de ausência de causa, mas da dificuldade de nomear o sexismo como elemento estruturante da violência doméstica. Observou-se, ainda, que o número de boletins de ocorrência (n=27) e de solicitações de medida protetiva (n=25) é baixo em relação ao total de notificações, evidenciando que a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), embora preveja medidas protetivas e de responsabilização, não tem sido efetivamente aplicada na maioria dos casos notificados. **Conclusão:** No município referido, neste ano corrente a violência contra a mulher ocorre majoritariamente no âmbito doméstico. A baixa solicitação de medidas protetivas evidencia uma fragilidade para além da Lei Maria da Penha, perpetuada pelo machismo estrutural da sociedade e as barreiras na busca por amparo legal comprometem a rede de proteção. Faz-se, portanto, urgente o fortalecimento da atuação intersetorial, qualificação dos registros institucionais, convertendo os mecanismos legais em real acolhimento.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Dados estatísticos. Violência doméstica

Agradecimentos:
Agradeço à FUNCAP pelo incentivo e financiamento por meio da bolsa de pesquisa, às minhas orientadoras pelo suporte e direcionamento fundamentais, ao Centro de Referência da Mulher de Iguatu (CRMI) e à Secretaria Municipal de Saúde pelo acolhimento e acesso aos dados que viabilizaram este estudo.